



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Superintendência da Educação
Diretoria de Políticas e Programas Educacionais
Programa de Desenvolvimento Educacional
Universidade Estadual de Maringá



ARTIGO /PDE

AUTOR: Prof. Edvino Knäsel Vorpapel

ORIENTADOR: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

NRE: Maringá

ESCOLA: Colégio Estadual Duque de Caxias

DISCIPLINA: História

TÍTULO: Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná

10/12/2008

Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná

Edvino Knäsel VORPAGEL¹
Reginaldo Benedito DIAS²

Resumo

Este artigo analisou a Revolta dos Posseiros ocorrida no Sudoeste do Paraná. O conflito envolveu colonos, posseiros, companhias colonizadoras e o poder público. Em 1957, colonos e posseiros organizaram-se em um levante armado que resultou na expulsão das companhias colonizadoras e dos jagunços por elas contratados, e na substituição de autoridades municipais. O palco central do levante foram as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, além de outros municípios próximos da região. Este trabalho resultou de uma pesquisa de natureza descritiva que foi apresentado em sala de aula, situando-se no campo da história regional e cumpriu com o requisito de conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE do governo do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Conflito agrário. Paraná. Sudoeste. História regional.

Resumen

Este artículo analizó el enfrentamiento violento de *posseiros* (campesinos ocupantes ilegales de tierras) sucedida en el Sudoeste del Estado de Paraná. El conflicto envolvió colonos, *posseiros*, compañías colonizadoras y el poder público. En 1957, colonos y ocupantes de la tierra se organizaron en un levante armado que resulto en la expulsión de las compañías colonizadoras y de los pistoleros por ellas contratados, y en la sustitución de autoridades municipales. El palco central del levante fueron las ciudades de Francisco Beltrão y Pato Branco, además de otros municipios próximos de la región. Este trabajo es resultado de un estudio de naturaleza descriptiva que fue presentado en sala de clases, situándose en el campo de la historia regional y cumplió con el requisito de conclusión del Programa de Desarrollo Educacional – PDE del Gobierno del Estado do Paraná.

Palabras clave: Conflicto agrario; Paraná; Sudoeste; Historia regional.

¹ Professor da Rede Estadual de Educação no NRE/Maringá; e-mail: edvino@wnet.com.br

² Professor Doutor no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá; e-mail: diasreginaldo@hotmail.com

1 – Introdução

Este artigo apresenta um tema da História do Paraná pouco abordado nos currículos escolares. Trata-se da Revolta dos Posseiros ocorrida no Sudoeste do Paraná em 1957.

A temática de uma história regional constitui-se em uma proposição expressa nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio e na Lei Estadual nº 13.381 de 18 de dezembro de 2001, que torna obrigatório o estudo de conteúdos da disciplina de História do Paraná no contexto curricular das escolas da Rede Pública Estadual.

Os livros didáticos utilizados pelos professores carecem de conteúdos mais aprofundados sobre temas de uma história regional. Em alguns, o que existe são singelas linhas sobre assuntos que envolvam, por exemplo, as relações de trabalho e de produção dos diversos povos e etnias que formaram a sociedade paranaense. Autores consagrados da história paranaense são pouco citados pelos professores que ministram a disciplina de História nas escolas da Rede Pública Estadual.

O estudo de história regional constitui uma ferramenta importante para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com realidades mais próximas das relações sociais que se estabelecem entre alunos, professores e a sociedade em que vivem e atuam. O regional é o espaço primeiro de atuação humana, por isso ao trabalhar nesta perspectiva é necessário também configurar a proposição de promover uma reflexão constante das ações dos indivíduos enquanto sujeitos históricos e cidadãos que vivem em uma determinada região.

Ao destacar o espaço delimitado do Paraná e o conflito do Sudoeste, pretende-se destacar aspectos de seu processo histórico de constituição considerando o ponto de partida político, social etc. Igualmente, elaborar conceitos históricos através de uma leitura atenta e crítica da construção do espaço paranaense, como resultado das ações de sujeitos históricos representados pelas fontes historiográficas e documentais.

Assim, este artigo pretende contribuir no sentido de auxiliar educadores e educandos a utilizarem conteúdos e materiais sobre temas da história paranaense no contexto escolar.

O conflito agrário pela posse da terra ocorrido no Sudoeste do Paraná em 1957 é um destes temas pouco abordados nas aulas de História. Mais conhecido como a Revolta dos Posseiros, o conflito oferece uma importante contribuição para os movimentos sociais contemporâneos, pela capacidade de mobilização e organização de colonos e posseiros na luta pela posse da terra. Os revoltosos do Sudoeste chegaram a constituir autoridades paralelas ao poder exercido pelo Estado: delegados, juízes foram destituídos dos cargos. Lideranças da Revolta em Pato Branco instituíram uma Junta Governativa que exerceu de fato o poder naquela cidade.

Estes atores populares – colonos e posseiros – fizeram história. Transformaram a realidade local. Levantaram-se contra companhias de terras que os exploravam, contra autoridades coniventes com o grande capital e fizeram acontecer uma das poucas reformas agrárias vitoriosas entre as inúmeras registradas pela historiografia brasileira. Este é um capítulo histórico que destacou atores simples que protagonizaram um episódio significativo no rol das disputas agrárias ocorridas no Estado do Paraná.

O historiador inglês Eric Hobsbawm, analisando a história dos movimentos populares, destaca a história vista a partir de baixo ou a história da gente comum. Segundo ele “a maior parte da história era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes. De fato, certas modalidades de história ainda possuem essa função” (HOBSBAWM, 1998, p. 216).

Os atores principais da Revolta do Sudoeste não eram governantes, mas colonos e posseiros, gente acostumada com enxada, foice, arado e carroça, mas que, para fazer valer seus direitos, não hesitou em pegar em armas para expulsar companhias de terras e jagunços, e assim conquistar a posse da terra.

As experiências vividas pelos colonos do Sudoeste do Paraná em 1957 mostram a importância dos movimentos sociais organizados. Na época do Levante, até noticiários internacionais veiculavam o conflito agrário, classificando-o como uma revolução agrária brasileira, tal a repercussão que teve o episódio e pelo clima de tensão criado na região. Os autores pesquisados acerca deste assunto evidenciam a importância daquele movimento social, que protagonizou uma revolta camponesa vitoriosa sem que polícia e exército massacrassem a

massa de colonos envolvidos na Revolta, como ocorrera no Contestado. As estratégias camponesas desenvolvidas no Sudoeste paranaense, algumas espontâneas e outras articuladas, possibilitaram a emergência de manifestações de organização coletiva em torno de interesses comuns. Os posseiros saíram vitoriosos do Levante de 1957: forçaram a expulsão das companhias colonizadoras, a substituição de autoridades e a titulação de suas posses.

Os autores consultados para a elaboração deste artigo deram importantes contribuições para o entendimento do episódio da Revolta dos Posseiros.

A dissertação de mestrado de Iria Zanoni Gomes transformou-se no livro “1957: a revolta dos posseiros”, amplamente utilizado neste artigo e constitui-se numa obra de referência para o estudo do assunto. Igualmente a dissertação de mestrado de Maria Cristina Colnaghi “Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná” é outra referência, na medida em que faz uma análise bem detalhada e documentada da Revolta de 1957. O professor e pesquisador Hermógenes Lazier é um profundo conhecedor da temática do Sudoeste. Tem diversos artigos publicados em revistas e jornais. Dele a referência principal é o livro “Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense”. Também o professor e pesquisador Ruy Wachowicz legou estudos sobre a história paranaense, especialmente a obra “Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização”, igualmente muito utilizado para a elaboração deste artigo. O professor Sittilo Voltolini de Pato Branco também contribuiu para o estudo da Revolta em sua obra “Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957”. Destaque ainda para o jornalista Ivo Pegoraro de Francisco Beltrão, que tem publicado diversos artigos sobre o tema e também utilizados neste trabalho.

Este artigo é a síntese de uma pesquisa mais ampla que foi desenvolvida no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, ao longo de 2007 e 2008. O Plano de Trabalho inicial resultou na publicação de material didático, formato Folhas, que foi utilizado na implementação do estudo com os alunos e disponibilizado para os professores da Rede Pública Estadual.

2 – Fundamentação teórica

A Revolta dos Posseiros de 1957 é mais um dos muitos capítulos da história de conflitos agrários do país. Os sujeitos envolvidos foram colonos, posseiros, companhias colonizadoras e o poder público. O palco do conflito foi a região Sudoeste do Paraná, a qual, desde o início de seu povoamento presenciou várias disputas de terras, como a Questão de Palmas, disputa de limites territoriais entre o Brasil e a Argentina do final do século XIX. A questão teve a mediação do Presidente Grover Cleveland dos Estados Unidos que, em 1895, arbitrou a favor do Brasil e a região em litígio passou a pertencer oficialmente ao Brasil (WACHOWICZ, 1985, p. 49). Outro conflito famoso e dramático foi a Guerra do Contestado, uma disputa entre o Estado do Paraná e o de Santa Catarina entre 1912 e 1916, sobre a demarcação das fronteiras destes Estados. Este violento conflito social envolveu grande número de famílias pobres expulsas de suas posses, resultado da construção de uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. As terras à beira da ferrovia haviam sido concedidas pelo governo federal a companhias colonizadoras e madeireiras. Camponeses, posseiros, liderados pelo monge José Maria, foram arregimentados para uma “guerra santa” contra coronéis, companhias de terras e governo. O Exército reagiu violentamente. Cerca de três mil pessoas morreram e a revolta acabou em 1916. O governo do Paraná e o de Santa Catarina assinaram acordos de limites e a disputa territorial acabou (MOCELIN, 1998).

Estas disputas territoriais e sociais acabaram por interferir, de uma forma ou de outra, no conflito de 1957.

Temas de história regional têm despertado o interesse de diversos professores da rede pública estadual nos últimos anos. Fatos históricos ligados à história paranaense estão sendo estudados e divulgados através de produções dos professores, com o objetivo de despertar a atenção e o interesse de educadores e educandos para a importância do estudo de temas paranaenses. O assunto deste artigo, Revolta dos Posseiros, procura também auxiliar na divulgação de temas paranistas, juntamente com a produção de outros professores que têm estudado, por exemplo, fatos ligados ao Paraná Provincial, dentre os quais, as políticas públicas dos presidentes provinciais.

O território do Sudoeste do Paraná foi sempre muito disputado. A região situa-se ao sul do rio Iguaçu, fazendo fronteira com a Argentina e o Estado de Santa Catarina. É esta região com clima saudável, terras férteis, rica vegetação, boa hidrografia, já ocupada esparsamente por caboclos e índios, que milhares de gaúchos, catarinenses e paranaenses passaram a ocupar a partir da década de 1940, atraídos pela propaganda da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, projeto de colonização do governo Vargas. A colonizadora particular CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda também se instalou na região em 1951. Como esta região do conflito, chamada Gleba Missões, estava em litígio judicial desde o fim do Império, envolvendo a União, o Estado do Paraná e interesses particulares, os colonos e posseiros constituíram a parte mais frágil na disputa pela posse da terra e que resultaria na Revolta dos Posseiros de 1957. Curiosamente, a parte mais fraca foi a vencedora.

A área disputada pelas companhias colonizadoras, poder público e posseiros abrangia grande parte do Sudoeste paranaense, correspondendo a cerca de 500 mil hectares, que foi titulada à colonizadora CITLA de forma suspeita. O Senador pelo Paraná Othon Mäder, em discurso no Senado Federal, citando estimativa feita pelo “Grupo Lupion”, calculou a quantidade de pinheiros ali existentes em 10 milhões (LAZIER, 1986, p. 42).

No ano de 2007 a Revolta dos Posseiros ocorrida no Sudoeste paranaense completou 50 anos. A população local relembrou aquele episódio com orgulho e suas lideranças não se cansaram de comemorar o cinquentenário do levante. Muitos protagonistas daqueles tempos difíceis ainda estão vivos, alguns deles foram homenageados e outros puderam relatar episódios daqueles tempos. O jornalista e escritor Ivo Pegoraro do Jornal de Beltrão, da cidade de Francisco Beltrão, realizou inúmeras entrevistas com pessoas comuns que participaram de alguma forma da Revolta de 1957, ou que tem descendentes morando na região. Produziu também diversas reportagens sobre o assunto. O professor e historiador Hermógenes Lazier, profundo conhecedor do assunto, também escreveu diversos artigos acerca do tema, lembrando fatos que já tinham sido objeto de seus estudos em anos anteriores e atualizando-os. O orgulho observado na população local e nas suas lideranças deve-se, em

grande parte, ao fato de que a Revolta de 1957 foi um dos poucos conflitos agrários da história brasileira que foi vitoriosa: colonos e posseiros conseguiram a posse de suas terras e tornaram-se proprietários com títulos de posse emitidos pelo poder público federal; ao mesmo tempo, aqueles que os exploraram e humilharam, as companhias de terras particulares e os jagunços a seu serviço, foram expulsos da região.

A Revolta dos Posseiros teve seu embrião no ano de 1951, quando da instalação da colonizadora CITLA (Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda) na localidade de Marrecas, mais tarde Francisco Beltrão, e agravou-se no ano de 1956, com a entrada de outras duas colonizadoras ligadas à CITLA, a COMERCIAL (Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda) e a APUCARANA (Companhia Imobiliária Apucarana Ltda). O estopim do conflito deu-se em outubro de 1957, ocasião em que posseiros e colonos ocuparam cidades do Sudoeste paranaense.

Gostaria de ressaltar que, se na primeira fase de atuação da CITLA (1951 a 1955), a forma de reação dos moradores foi estritamente reivindicatória, nem por isso deixou de assumir importância. Do meu ponto de vista, essa primeira reação constitui um embrião de organização, que, [...] transformou-se numa consciência política capaz de mudar a forma de resistência. Essa consciência manifestou-se concretamente no ano de 1957, quando se agravou a luta pela terra na região e os colonos [...] passaram, então, a usar outras formas de resistência: a tomada das cidades. (GOMES, 2005, p. 50)

É sintomático que a CITLA tenha se instalado na região no primeiro mandato (1946-1951) do governador do Paraná Moysés Lupion e a COMERCIAL e a APUCARANA no seu segundo mandato (1956-1961). No período compreendido entre os dois mandatos de Lupion, de 1951 a 1955, foi governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto. Nesta fase, a situação do Sudoeste esteve relativamente calma, porque foi cancelado o recolhimento da SISA, imposto a ser pago para a regularização de uma propriedade.

O aumento das tensões pela posse da terra deu-se a partir de 1956, com a entrada das companhias colonizadoras COMERCIAL e APUCARANA, ligadas à CITLA. Essas companhias passaram a pressionar e ameaçar os posseiros para que pagassem a elas as terras ocupadas. De fato, os posseiros insta-

lados pela CANGO a partir de 1943 não possuíam os títulos de propriedade. A CANGO forneceu-lhes todo tipo de ajuda material, mas a escritura eles não receberam. A área ocupada estava em litígio, havia uma disputa judicial entre as companhias e o poder público. A CITLA conseguiu a posse da gleba MISSÕES de forma irregular, de modo que os posseiros não se sentiam seguros em assinar papéis que envolvessem aquela companhia. O deputado estadual Antonio Anibelli, favorável aos posseiros, percorreu a região explicando-lhes a situação e aconselhava: “não assinem o contrato” (WACHOWICZ, 1985, p. 212).

As companhias CITLA, COMERCIAL e APUCARANA contrataram jagunços de fora da região para intimidar posseiros e colonos. Esses jagunços atuavam como corretores das companhias, na realidade agiam como pistoleiros a mando do capital. Famosos e temidos foram os jagunços Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro, Pé de Chumbo. O administrador da companhia APUCARANA de Santo Antonio do Sudoeste, Gaspar Kraemer, dizia nos bares, hotéis e nas ruas que bastaria matar uns 20 a 30 colonos que o resto se intimidaria ou fugiria para a Argentina, “pois essa experiência já havia sido feita no norte do Paraná e tudo dera certo” (WACHOWICZ, 1985, p. 214). Referia-se ao conflito agrário de Porecatu ocorrido em 1951, onde posseiros enfrentaram jagunços e policiais pela permanência em suas posses (PRIORI, 2000).

[...] As companhias haviam se armado, inclusive com metralhadoras e fuzis. Trouxeram para a região pistoleiros do norte do Estado e ao que parece, retiraram da penitenciária do Ahú de Curitiba, os presos que manifestaram desejos de colaborar com os interesses das companhias. [...] Os jagunços percorriam a região em jipes DKW, pintados de amarelo, sempre ocupados por homens portando metralhadoras e pistolas 44 e 45 (WACHOWICZ, 1985, p. 216-217).

Vários casos de violência ocorreram em vários pontos da região Sudoeste, mas muitos deles não eram investigados pela polícia, pois ela própria era controlada pelas companhias. No atual município do Verê, em maio de 1957, foi morto por jagunços o vereador e agricultor Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro, que liderou um abaixo-assinado para ser levado ao conhecimento do governo federal denunciando as ações violentas das companhias e seus jagunços. Na mesma localidade, em agosto do mesmo ano, houve um confronto

armado envolvendo um grupo de colonos e jagunços. Os colonos eram liderados por um ex-soldado da Segunda Guerra chamado Leopoldo Preillepper, o Tigrinho. Saldo do conflito: três colonos mortos, incluindo seu líder.

Outro caso estarrecedor ocorreu no atual município de Ampére no início de outubro de 1957, envolvendo jagunços e a família de João Saldanha. Os jagunços liderados por Lourenço José da Costa, vulgo Maringá, atacaram e mataram a mulher e dois filhos menores de Saldanha, que conseguiu fugir.

[...] depois de se satisfazerem da mulher, mataram-na aos poucos. Cortaram-lhe um seio que o jogaram para um cachorro que ali se encontrava. Largaram a mulher, esvaindo-se em sangue e foram 'cuidar' das crianças. Numa delas um jagunço deu um tiro na cabeça, dizendo que era bom matar enquanto pequeno, para não deixar criar cobra grande que poderia picar eles mais tarde. A criança menor um dos jagunços agarrou e jogou para o ar contra um companheiro que a aparou com um punhal, espetando-a (VOLTOLINI, 2003, p. 152-153).

Um clima de medo e intimidação instalou-se no Sudoeste paranaense em localidades que foram alvo da disputa pela posse da terra. Muitas famílias abandonaram suas casas, instalando-se precariamente em matas. Outras, simplesmente largaram tudo e voltaram para seus locais de origem, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Porém, alguns colonos e posseiros também reagiram de forma mais violenta. Na região de fronteira com a Argentina, nas localidades de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, grupos armados se organizaram e entraram em confrontos com as companhias e seus jagunços. Naquelas áreas, colonos apelaram para a ajuda dos "farrapos". Esses, eram oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, famosos pela valentia. O grupo do farrapo Pedro Santin liderou centenas de colonos e posseiros contra as companhias CITLA e APU-CARANA na área de fronteira. Este grupo empreendeu o episódio conhecido como a "tocaia do km 17", ocorrido em setembro de 1957 no atual município de Pranchita, na estrada entre Santo Antonio do Sudoeste e Capanema. Gerentes das companhias e colonos teriam marcado uma reunião para discutir a situação de conflito pela posse da terra. Mas, a reunião foi desmarcada pelos geren-

tes das companhias, que suspeitavam de alguma armação. Os colonos não foram avisados e seguiam para a reunião. Os diretores das companhias mandaram uma camioneta com o motorista e um jagunço, que iam dando carona a colonos que estavam na estrada. No local da tocaia, o grupo de Santin abriu fogo contra o veículo e seus ocupantes. Das 14 pessoas que estavam no veículo, 7 morreram, o restante fugiu para o mato, alguns fingiram-se de mortos. “Um desses colonos era pai de um dos atacantes” (GOMES, 2005, p. 80). O pai chamava-se Paulo Armbrust, e o filho, Oscar.

Jornais e revistas nacionais e estrangeiras divulgavam amplamente os conflitos do Sudoeste paranaense. Jornal argentino falava de uma “*revolución agrária brasileña*” (WACHOWICZ, 1985, p. 274).

Nas áreas em conflito de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, o levante de colonos e posseiros forçou a intervenção direta do Chefe de Polícia do Estado Pinheiro Júnior, resultando na expulsão das companhias e dos jagunços daquelas áreas.

A expulsão de jagunços da região de fronteira significou o deslocamento de parte deles para as localidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, onde as disputas pela posse da terra continuavam. Nos primeiros dias de outubro de 1957, lideranças destas cidades, contrárias às companhias, mobilizaram-se a favor dos posseiros e articularam um levante popular armado como forma de resolver o impasse.

Em Pato Branco, o açoitamento de três crianças da localidade de Águas do Verê revoltou a população. Liderados pelo radialista Ivo Thomazoni e o comerciante Jácomo Trento, o Porto Alegre, colonos e posseiros ocuparam a cidade no dia 9 de outubro de 1957 e constituíram autoridades próprias através de uma Junta Governativa, formada por 5 lideranças da cidade. “Organizaram-se grupos de colonos para guarnecer os pontos estratégicos da cidade: as principais vias de acesso, instituições públicas, Rádio etc” (GOMES, 2005, p. 95).

Ameaçado de intervenção federal, o governador do Paraná Moysés Lupion decretou o fechamento dos escritórios das companhias colonizadoras da região.

Em Francisco Beltrão, o levante dos posseiros deu-se no dia 10 de outubro de 1957, quando cerca de 6 mil colonos e posseiros ocuparam a cidade. Liderados pelo médico e empresário de comunicação Walter Pecoits e o comerciante Luiz Prolo, grupos de posseiros guarneciam os principais pontos estratégicos da cidade. Autoridades da cidade foram destituídas. O Exército manteve-se em prontidão. Pecoits descreveu assim a situação na cidade.

Todos armados. Com espingardas de caça, pedaços de pau, enxadas [...] lá pelas seis da tarde já tínhamos mais de três mil pessoas na cidade. Reuni os chefes dos colonos e mandei que o pessoal, com as melhores armas, guarnecesse as entradas da cidade. [...] No dia seguinte, dia 11, já tínhamos cerca de 6.000 colonos (GOMES, 2005, p. 100).

Naquela época, um importante meio de comunicação era o rádio. As emissoras Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão significaram o elo de ligação comunitária durante os conflitos do Sudoeste, principalmente ao discutir a função social da terra e o direito garantido ao seu uso. As emissoras aliaram-se aos posseiros naqueles dias do levante, até os comerciantes posicionaram-se favoravelmente pela causa dos posseiros, o impasse criado em torno das disputas pela terra estava prejudicando seus negócios.

No dia 11 de outubro de 1957, os posseiros reunidos na praça central de Francisco Beltrão, invadiram e depredaram os escritórios das companhias CI-TLA e COMERCIAL. Arrancaram as placas de propaganda, destruíram documentos, promissórias e contratos, espalhando-os pela Avenida Júlio Assis Cavalheiro. Os escritórios das companhias foram fechados e os jagunços presos e expulsos da região.

A solução definitiva para o impasse criado nos conflitos pela posse da terra ocorreu a partir de 1962, sob a presidência de João Goulart, com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, o GETSOP, que mediu, demarcou e titulou as áreas ocupadas pelos posseiros, num total

de cerca de 40 mil títulos de propriedade. O GETSOP conseguiu entregar em toda a gleba MISSÕES e parte da gleba CHOPIM os títulos, com exceção de apenas quatro, por falta de acerto entre os vizinhos (WACHOWICZ, 1985, p. 286). Conforme Hermógenes Lazier,

O GETSOP atuou no Sudoeste até 1973. Ele foi extinto quando terminou sua missão, ou seja, efetivar a desapropriação, titulando a terra aos seus verdadeiros donos, os posseiros. Sua atuação foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região. [...] Pode-se afirmar que o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA (LAZIER, 1986, p. 87-88).

A Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em 1957 tinha atingido seus objetivos: a expulsão das companhias de terras, dos jagunços e a conquista dos títulos de propriedade para os posseiros. Tratou-se de um raro conflito agrário em que posseiros saíram vitoriosos.

3 – Metodologia

O conteúdo deste artigo foi apresentado em sala de aula durante o primeiro semestre do ano de 2008 a alunos de duas turmas da 3ª série do Ensino Médio, na faixa etária dos 16 anos, do Colégio Estadual Duque de Caxias.

O assunto deste artigo, a Revolta dos Posseiros, constitui-se num conteúdo de história regional do Paraná, cumprindo com o que está estabelecido na lei estadual nº 13.381 de 2001, que torna obrigatório no contexto curricular das escolas do ensino fundamental e médio da Rede Pública Estadual o estudo de conteúdos da disciplina de História do Paraná.

Ademais, a exposição deste tema da Revolta dos Posseiros em sala de aula, cumpriu com uma importante etapa do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que foi a Implementação Pedagógica do estudo pesquisado e desenvolvido no Programa ao longo de 2007 e 2008.

Os recursos utilizados para a apresentação do tema em sala de aula foram variados, na medida do possível. O tema da Revolta dos Posseiros foi contextualizado no âmbito regional e nacional, decorrente que foi de uma política federal da década de 1940 do século XX que visava ocupar os “vazios demográficos” do território nacional e, neste caso particular, o Sudoeste do Paraná. A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná fez parte de uma série de conflitos agrários pela posse da terra ocorridos em várias regiões do país. Procurou-se destacar que a Revolta do Sudoeste paranaense foi uma das poucas cujo resultado foi favorável à parte mais frágil do conflito, os posseiros.

Muito interessante foi a apresentação de vídeos relacionados à Revolta. Os vídeos foram produzidos ao longo de 2007 em comemoração aos 50 anos da Revolta, contendo imagens de arquivo de personagens e cenários da época.

O material didático, formato Folhas, produzido para o Programa foi amplamente utilizado pelo professor e pelos alunos. Os alunos providenciaram cópias do material que foi lido e discutido nas aulas.

Foi relatada uma viagem que o professor fez à região Sudoeste em dezembro de 2007. Naquela ocasião, o tema tornou-se ainda mais interessante ao poder visualizar os locais que foram palco do levante de 1957. O material didático e iconográfico conseguido na região foi de extrema utilidade.

De modo geral, os alunos acharam o tema e a pesquisa muito interessantes. A grande maioria desconhecia o assunto, justamente porque temas da história paranaense não têm sido abordados rotineiramente por alguns professores de História das escolas paranaenses, públicas ou privadas.

Para finalizar, o assunto da Revolta foi objeto de uma avaliação, cujos resultados foram amplamente satisfatórios, demonstrando o interesse e a compreensão do estudo por parte dos alunos.

4 – Resultados e Discussão

Este tópico têm como finalidade descrever e discutir os resultados obtidos com o estudo e o desenvolvimento da pesquisa sobre a Revolta dos Posseiros.

O impasse criado em torno da posse da terra no Sudoeste paranaense, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e poder público, só foi resolvido a partir da organização e mobilização popular camponesa, que se uniu a lideranças urbanas e promoveu a reforma agrária. A luta entre posseiros e grileiros teve como resultado a desapropriação das terras e a titulação aos posseiros pelo poder público federal.

Essa conquista foi concretizada depois de muita luta e muito sofrimento por parte dos posseiros. Os posseiros do Sudoeste demonstraram coragem e determinação ao pegarem em armas para garantir os seus direitos, os quais só foram consumados pela criação e atuação do GETSOP, a partir de 1962. A mudança da situação de posseiro para proprietário trouxe grandes transformações em toda a vida econômica e social da região. A legalização da terra permitiu ao colono conseguir financiamentos e ampliar sua produção, baseada na agricultura familiar, predominando as pequenas e médias propriedades, apesar do avanço capitalista verificado no campo a partir da década de 1970 do século XX.

A mobilização verificada na Revolta de 1957 foi importante também para a organização dos trabalhadores rurais em cooperativas. A diversificação da produção agrícola é significativa. Passou-se da produção de produtos de subsistência para a produção de produtos de exportação, principalmente soja e milho.

Mas, o avanço do modelo de produção capitalista no campo e a modernização da agricultura, provocaram mudanças na vida da sociedade. Seguindo uma tendência nacional, ocorreu a concentração da renda e da propriedade agrícola. A modernização da agricultura e a concentração da propriedade provocaram a expulsão do homem do campo. A máquina substituiu o homem. Novas fronteiras agrícolas o aguardavam.

Passados 50 anos da Revolta dos Posseiros, pode-se discutir e analisar melhor alguns resultados daquele levante que sacudiu o Sudoeste paranaense, que ainda está vivo na memória de muitos protagonistas daqueles dias.

As contradições na política de terras adotada pelo poder público, tanto do Governo do Paraná como do Governo Federal, foram responsáveis, em grande parte, pelas graves ocorrências registradas na região (LAZIER, 1986, p. 113). Os governos estaduais do início do século XX fizeram várias concessões de terras que, mais tarde, eram canceladas. A mesma contradição observou-se em nível federal. O governo Vargas, em 1940, iniciou trabalho de povoamento e colonização da região, ao criar a CANGO. No fim do governo do presidente Dutra, em 1951, foi feita a concessão de quase todo o Sudoeste paranaense à CITLA, a qual deu origem aos conflitos na região e que resultaram na Revolta dos Posseiros de 1957.

A solução para o problema da terra veio com a atuação do GETSOP, que encaminhou uma solução para o clima de conflito, pacificando a região. O trabalho iniciado pela CANGO, interrompido pela CITLA, foi continuado pelo GETSOP. Destaque para a atuação do poder público, que jamais deveria se omitir diante de qualquer situação de conflito envolvendo seres humanos, de ora ou outrora. Os posseiros deram muita importância aos seus títulos de propriedade, arriscando suas próprias vidas para consegui-los.

O estudo sobre o assunto também comprovou o prejuízo para a região da atuação da CITLA e suas subsidiárias, a COMERCIAL e a APUCARANA. “A CITLA atuou na região como grileira, com jagunços contratados, criando intranquilidade e revolta” (LAZIER, 1986, p. 115).

A legalização da terra feita pelo GETSOP foi de comprovada importância para o desenvolvimento econômico e social da região. Os resultados das mudanças na estrutura agrária ocasionaram um aumento da produtividade da terra, com as inovações tecnológicas. Isso, porém, alterou a vida social do agricultor. Antes, ele trabalhava e produzia para sua família, agora trabalha e produz para o mercado de exportação, pagando empréstimos e juros bancários.

Ficou evidente ainda no estudo deste tema, a inserção de gaúchos e catarinenses na região. As semelhanças de solo e clima propiciaram uma adaptação mais tranquila. A quantidade de gaúchos e catarinenses que se desloca-

ram para o Sudoeste paranaense foi muito grande. O colono, que veio para a região como posseiro e pela pressão dos grileiros tornou-se lutador, venceu a luta, tornando-se proprietário.

5 – Considerações finais

O estudo da Revolta dos Posseiros mostrou-se produtivo e relevante. A aplicação deste estudo em sala de aula com os alunos significou a concretização de um trabalho concluído sobre um tema da história paranaense, que envolveu posseiros e grileiros num sério conflito agrário no Sudoeste do Paraná em 1957, tendo como palco principal a cidade de Francisco Beltrão. A vitória obtida por posseiros na luta pela posse da terra demonstrou que a mobilização popular constituiu elemento fundamental para as transformações sociais. A pressão da massa camponesa venceu o grande capital, representado pelas companhias colonizadoras e forçou o poder público a resolver o conflito a favor dos posseiros.

A história de luta e coragem dos posseiros do Sudoeste paranaense, responsáveis pelo sucesso de uma autêntica e inédita reforma agrária, jaz adormecida nos livros empoeirados de bibliotecas. Despertar o autor e seus leitores para o significado daquela Revolta, foi o objetivo deste estudo.

Espera-se que a elaboração deste artigo possa contribuir para a continuidade de abordagens que tenham objeto de estudo temas da história paranaense, pouco estudados por educadores e estudantes do ensino fundamental e médio das escolas paranaenses.

6 – Referências

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba: 1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá: Eduem, 2003.

GOMES, Íria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

MOCELIN, Renato. **Os guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu**: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Assis: Editora da Unesp, 2000.

VOLTOLINI, Sitillo. **Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiya Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Curitiba: Boletim da Universidade Federal do Paraná, n. 7, 1968.

Documentos On line

LAZIER, Hermógenes. **Textos sobre os 50 anos da Revolta dos Posseiros**. Disponível em: <<http://www.jornaldebeltrao.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2008.

PEGORARO, Ivo. **Texto do jornalista Mário de Moraes da revista O Cruzeiro**. Disponível em: <<http://www.jornaldebeltrao.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2007.

Anexos

QUADRO CRONOLÓGICO DO CONFLITO

1889 – Durante o Império, D. Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares, como pagamento da futura construção da estrada de ferro Itararé-Uruguay, uma área de terra equivalente a 9 km de cada lado da linha.

1891 – Na República, esta área foi transferida para a Companhia União Industrial e, posteriormente, para a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (CEFSPRG) do grupo Brazil Railway Company, que efetivamente construiu a estrada.

1913 – O governo do Paraná titulou parte da gleba Chopim para a CEFSPRG.

1920 – A CEFSPRG recebeu do governo do Paraná várias glebas já tituladas, entre elas a gleba Missões, em razão do novo contrato assinado para a construção do ramal de Guarapuava.

1930 – O governo do Paraná rescindiu o contrato com a construtora devido à ineficiência na execução das obras do ramal de Guarapuava e iniciou processo de anulação das escrituras de transferência da gleba Missões, tornando a região *sub-judice*.

1940 – O governo federal incorporou ao patrimônio da União todos os bens e as dívidas da construtora Brazil Railway Company-CEFSPRG. Trava-se uma disputa entre o Estado do Paraná e a União, cada parte dizendo-se detentora do direito de posse da gleba Missões.

1943 – O presidente Getúlio Vargas, desconsiderando o litígio pela posse da gleba Missões com o Paraná, instalou na área a CANGO, Colônia Agrícola General Osório, com o objetivo de colonizar 300 mil hectares na região de fronteira com a Argentina.

1945 – O empresário catarinense José Rupp, considerando-se lesado pela perda de terras para a CEFSPRG, obteve na justiça a penhora dos bens da empresa, dentre os quais constavam as glebas Missões e Chopim.

1950 – José Rupp não conseguiu obter a desejada indenização e, em 1950, vende seus supostos direitos à CITLA, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. A SEIPN, Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, escriturou para a CITLA a gleba Missões e parte da gleba Chopim.

1951 – A CITLA instala-se no sudoeste do Paraná, com escritório central em Francisco Beltrão.

1952 – A procuradoria da República ajuizou contra a CITLA ação de nulidade da escritura pública de dação para reaver judicialmente as terras. A CITLA recorreu, ficando a região novamente *sub-judice*.

1956 – Instalam-se na região mais duas colonizadoras com redivisão da área de atuação: CITLA na cidade de Francisco Beltrão; a COMERCIAL no interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos; a APUCARANA em Capanema e Santo Antonio do Su-

doeste.

1957 – Estoura a Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná, conflito entre posseiros e colonizadoras.

1962 a 1973 – O GETSOP, Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação das companhias. As áreas em litígio são desapropriadas no governo Jânio Quadros, em 1961. Entre 1962 a 1973, o governo federal realizou uma verdadeira reforma agrária no sudoeste, concedendo cerca de 43 mil títulos de propriedade numa área de 545 mil hectares de terras.

(Adaptado de: GOMES, 2005, p. 29 a 38)



Fonte: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão. 2007